

18-03-2022

PETRÓPOLIS: TRAGÉDIA OU INCOMPETÊNCIA?

Mariane Motta Ferreirinha

[Geógrafa e Professora – SEEDUC-RJ]

A cidade de Petrópolis, localizada na Região serrana do Rio de Janeiro, possui características, que somadas, resultam num imenso risco de ocorrência de deslizamentos e enchentes. A alta declividade do relevo, os tipos de solo, as características climáticas, aglutinadas à presença maciça da ocupação humana, compõem as variáveis que acentuam o risco de perda de vidas.

No dia 15 de fevereiro deste ano assistimos mais uma vez ao horror que a soma dessas variáveis causou. Vimos estarecidos a enorme enchente nos fundos de vale da cidade e o imenso deslizamento no Morro da Oficina que atingiu cerca de 80 casas, destruindo completamente cerca de 54. Segundo dados da prefeitura da cidade, os mortos chegaram a 233 neste evento de chuva com ainda 4 pessoas desaparecidas. Os estragos na cidade e o esfacelamento das vidas é uma realidade; são em média 1.118 pessoas desabrigadas, pessoas que perderam tudo: bens, familiares e a esperança.

Junto da avalanche de lama se foram muitos sonhos, memórias e identidades. É notório que a favelização e a ocupação desordenada - e compulsória, pois não há como as pessoas empobrecidas escolherem os locais de sua moradia - têm avançado significativamente no município. Dias atrás fazendo a leitura de algumas reportagens sobre o assunto, encontrei a manchete: “Petrópolis: tragédia é reflexo da ocupação desordenada, dizem especialistas.” Em outra reportagem encontrei a informação que a maioria das casas construídas na região do Morro da Oficina eram de construção irregular. Observando a forma pela qual a mídia, as autoridades e os próprios pesquisadores tomam o tema da ocupação urbana e das mortes no município, fica esclarecida que a saída é sempre a mais fácil: culpar os pobres pela sua pobreza.

Em reportagem ao jornal virtual [Carta Capital](#), encontrei a fala de Michel Mendonça, mecânico de 35 anos. Ele desabafou:

"Pobre não tem vez, é sempre o último a saber, só na hora em que acontece mesmo. Acho nessa questão de morro, favela, com certeza as autoridades têm culpa. A tragédia é um fenômeno natural, mas as autoridades certamente são culpadas".

A população mais pobre é empurrada para as áreas inseguras e de maior risco, por isso morre soterrada numa avalanche de terra e detritos. A perda de vidas pela incompetência do poder público já é um fato revoltante, mas o que é verdadeiramente inaceitável é estas pessoas, mesmo dentro de um caixão, serem culpabilizadas pelo Estado na figura da prefeitura municipal e da defesa civil, pela mídia de massa, e, inclusive, por alguns pesquisadores que não levam em consideração as existências desses sujeitos, transformando o fenômeno em um dado técnico e reduzindo o viver, o existir, ao termo: “ocupação desordenada”.

Isto é sórdido, repugnante e imoral! O poder público tem o dever de cumprir o seu papel quanto ao ordenamento territorial urbano e a assistência da população. A questão central se localiza na distribuição do solo urbano que, como se viu em Petrópolis e em outros lugares do Brasil, relaciona-se diretamente com a vida.

A região serrana do estado do Rio de Janeiro é uma bomba relógio quanto ao fato desastres; isso, o poder público já sabe há muito tempo, os pesquisadores já denunciavam e os fatos já concretizavam o altíssimo risco. Não vamos esquecer do ano de 2011 que levou junto da lama mais de 900 vidas e deixou quase 35 mil desabrigados na Região Serrana. Na época foram destinadas verbas para o atendimento das áreas, posteriormente foi instaurada uma CPI na ALERJ a fim de prevenir as tragédias. Da CPI da Região Serrana saiu um relatório que mencionou a presença de casas irregulares em encostas e margens de rios. O relatório citou falhas na ação do poder público na retirada da população das áreas de risco e denunciou corrupção em contratos emergenciais para recuperar as cidades. Além disso, fez recomendações aos diferentes órgãos e ao próprio governo do estado para a continuidade das investigações sobre o mau uso de verbas públicas, o mapeamento das áreas de risco e a criação de um centro nacional de prevenção de catástrofes.

Grande parte dessas propostas nunca saiu do papel.

No caso do município de Petrópolis, não podemos deixar de citar a questão do laudêmio ou “taxa do Príncipe”, imposto criado em meados do século XIX para compensar a Coroa Portuguesa pelo incentivo ao povoamento na região. O imposto é praticado até hoje. Todos os imóveis comprados na região do Primeiro Distrito de Petrópolis (área mais nobre da cidade) pagam uma taxa de 2,5% sobre o valor que vai à Companhia Imobiliária de Petrópolis, administrada por descendentes do imperador Dom Pedro II.

Embora façamos neste ano 200 anos de Independência do Reino de Portugal e Império do Brasil até a República, em 1889 (com uma constituição outorgada e um governo autocrático, vale lembrar), o imposto segue sendo praticado e o máximo que os descendentes da família real ofertam para a população mais pobre de Petrópolis são as orações. Abandonar os mais desfavorecidos é uma escolha política que atende às demandas do capital. No entanto, há em nosso país a vigência de uma lei mãe que ordena o Estado e que se alinha à perspectiva social-democrata, que preza pelo bem estar social e pela cidadania. O artigo 6º da Constituição Federal assegura direito sociais como à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, dentre outros.

O artigo 23 inciso nove reitera que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento.” A população não está pedindo um favor. Estas são atribuições obrigatórias da União, estados e municípios. É revoltante depois de tantas mortes e de um histórico de desastres ambientais precisar lembrar o poder público das suas próprias atribuições. É revoltante ter que limpar lágrimas e denunciar a sua incompetência fazendo cessar os argumentos imorais que culpabilizam os mortos pela sua pobreza. ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.